

EUA X URSS: A SEGURANÇA ALIMENTAR E A GUERRA FRIA

Fernando Roberto de Freitas Almeida*

RESUMO

O presente artigo busca analisar o comportamento de diferentes agentes estatais e privados, em termos políticos e econômicos, no âmbito da segurança alimentar internacional, durante o período do século XX denominado como Guerra Fria, que conheceu importante fase de détente entre as duas superpotências.

Palavras chave: Segurança Alimentar Internacional, Estados e Corporações, Guerra Fria, Détente.

* Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professor do INEST/UFF

1 INTRODUÇÃO

*Quando as pessoas definem uma situação como real,
ela é real em suas consequências.*
W. I. Thomas (1863-1947).

Para boa parte dos autores da área de Relações Internacionais, o período denominado como *Guerra Fria* se estendeu de 1947 a 1962, ou seja, do momento em que os Estados Unidos da América anunciaram uma doutrina de contenção do que consideravam ser um comportamento expansionista da União Soviética (Doutrina Truman) até o episódio da “crise dos mísseis”, deflagrado a partir da tentativa de instalação de mísseis soviéticos em território cubano, naquele último ano. Neste interregno de quinze anos, os dois grandes contendores do sistema bipolar configurado após o término da II Guerra Mundial, opunham-se em escala global. Como registrou Munhoz (2004) “é bastante plausível a imagem do mundo bipolarizado, porém, como é possível observar na literatura especializada, o processo jamais foi estático.”

Adota-se aqui a ponto de vista expresso por Raymond Aron (1975), para quem este confronto seria inevitável, dada a também inevitável dissolução da aliança meramente tática que havia sido montada entre a URSS, com sua economia centralmente planejada, e os países de economia liberal, contra o III Reich. Este, por seu projeto político agressivo e baseado numa racionalidade contrária às tradições que criaram o Liberalismo e o Marxismo, foi capaz de momentaneamente aproximar aqueles dois outros projetos, também diferentes entre si, mas provenientes de uma mesma matriz de pensamento, o Iluminismo.

Anteriormente às agressões nazistas ao Leste Europeu, predominava na Europa e nos EUA a ideia de que o regime soviético era o inimigo em comum de todas as democracias liberais. Deste modo, eliminado o Reich, não tardou para que os pontos de vista contrários ao socialismo soviético se manifestassem e dominassem a cena política. Embora as instituições criadas em Bretton Woods contemplassem a possível participação da URSS e demais países socialistas, a organização da economia planejada não permitiria que isso acontecesse. Observe-se que a URSS participara da

Conferência de Bretton Woods, a conferência com finalidade econômica das Nações Unidas¹ com uma delegação, chefiada por M. S. Stepanov e recebeu a terceira maior quota do Fundo Monetário Internacional, abaixo tão somente dos EUA e da Grã Bretanha. Como registrou Garcia (2011), o fato de que os acordos daquela conferência deveriam ter sido ratificados até 31/12/45, mas não o foram, acarretou que os soviéticos não aderissem nem ao FMI, nem ao Banco Mundial. De fato, os motivos para esta atitude não foram explicados. Participou igualmente da Conferência de Dumbarton Oaks, também de 1944, que tratou da dimensão política da reconstrução do sistema internacional, representada por seu embaixador em Washington, Andrei Gromiko, que seria seu longo ministro das Relações Exteriores, entre 1957 e 1985. Assim, já em fevereiro de 1946, o diplomata americano baseado em Moscou, George Frost Kennan, ditou extenso telegrama (8 mil palavras divididas em cinco partes), em resposta a uma indagação de Washington sobre a motivação que teria levado Stalin a recusar a filiação soviética ao Banco Mundial, em que propunha uma contenção política ao socialismo soviético.² No mesmo ano, Churchill dirigira-se aos EUA, convocando-os para uma cruzada contra o comunismo.

¹ A denominação "Nações Unidas" foi lançada por Roosevelt, tendo-se cogitado, como registra Garcia (2011) chamar a instituição em gestação de "Comunidade de Nações", ou "União Mundial", nomes abandonados por sua sugestão de proposta de um federalismo ou supranacionalidade. Na visão do governo de Moscou, deveria chamar-se "Organização de Segurança Internacional". A expressão "Conselho de Segurança" acabou sendo adotada para atender aos soviéticos, em substituição ao "Conselho Executivo" da extinta Liga das Nações.

² Kennan acabou tornando-se extremamente crítico ao processo que ele mesmo deflagrou, declarando que não estava recomendando contenção militar, já que sabia da fraqueza de Moscou após a Guerra, mas apontado para a necessidade de conter a expansão do ideário marxista-leninista.

Não se avaliou devidamente, à época, após a morte de Roosevelt, que:

Stalin e liderança soviética tinham a percepção das perdas humanas provocadas pela Segunda Guerra Mundial, da superioridade atômica dos Estados Unidos, das debilidades do projeto nuclear soviético, das dificuldades em apoiar os regimes comunistas da Polônia, Hungria, Romênia e Bulgária e, principalmente, do forte revés da industrialização e da produção agrícola (que havia caído mais de 50% durante a guerra. (SARAIVA, 2007, pág. 199)³

A escalada dos atritos entre os dois blocos foi rápida, com a crise de Berlim, em 1948, a vitória dos comunistas chineses em 1949 e a imediata ocupação do Tibete, a Guerra da Coreia, começada em 1950 e uma série de escaramuças por todo o mundo. Sucessivas crises políticas, como a deposição do ministro nacionalista iraniano Mohammed Mossadegh, em 1953, ou do presidente guatemalteco Jacobo Arbenz Guzmán, em 1954, logo marcaram a década de 1950, levando a que se organizasse um grupo de países que pretendiam identificar-se como autônomos em relação aos dois polos de poder (Conferência de Bandung, de 1955).⁴

³ Além do clima, a adoção pelo Instituto de Genética da Academia de Ciências da União Soviética das ideias do biólogo e agrônomo ucraniano Trofim Desinovic Lysenko, que desconsiderava as pesquisas genéticas do Ocidente, desde Mendel, promoveu um atraso irrecuperável nas técnicas agrícolas soviéticas, exatamente quando ocorria a "Revolução Verde", promovida pela ONU, gerando vulnerabilidade estratégica ao governo de Moscou. Lysenko só foi oficialmente desacreditado em 1964.

⁴ Patrocinada pela Indonésia, Índia, Birmânia (atual Myanmar), Ceilão (atual Sri Lanka) e Paquistão, realizada de 18 a 24/4/55, com vinte e nove países asiáticos (Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja (atual Kampuchea), Laos, Líbano, Ceilão, China, Filipinas, Japão, Índia, Paquistão, Turquia, Síria, Israel, Vietnã do Norte, Irã, Iraque, Vietnã do Sul, Nepal, Iêmen do Norte) e africanos (Etiópia, Líbia, Libéria e Egito), contra o colonialismo e o neocolonialismo (EUA, na URSS, e países europeus).

As rupturas nas ordens internas dos dois blocos tinham-se tornado visíveis, mesmo durante os momentos mais críticos da Guerra Fria, como mostraram os episódios posteriores à morte de Stalin, a intervenção soviética na Hungria e a Crise de Suez, em que os europeus recuaram de seus propósitos intervencionistas, diante de reação conjunta de soviéticos e americanos.

Alguns autores, como Saraiva (2007) entendem que a Guerra Fria teve uma fase "quente", de 1947 a 1955, quando se teria iniciado uma acomodação, pois com uma "lógica da coexistência pacífica (1955-1968) as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável" (SARAIVA, 2007, pág. 197). Para Silva e Gonçalves (2005) a tensão começou a arrefecer já em 1953, com a morte de Stalin, em 5/3, o que levou os soviéticos a se voltarem à realização de reformas políticas e econômicas. Para Halliday (1983), o pós II Guerra Mundial pode ser dividido em quatro períodos:

- 1) Guerra Fria, de 1946 a 1953, com a morte de Stalin e a eleição do general Eisenhower à presidência dos EUA;
- 2) Antagonismo oscilatório: de 1953 a 1969;
- 3) *Détente*: 1969 a 1979;
- 4) Segunda Guerra Fria: após 1979.

Contudo, foi a extrema gravidade da tensão resultante da reação americana à descoberta das rampas de lançamento de projéteis em Cuba, em 1962, que acarretou mudança efetiva no relacionamento das duas potências. Após treze dias de intenso nervosismo em todo o mundo, o secretário geral do Partido Comunista da URSS, Nikita Krushev, aceitou o diálogo proposto pelo presidente americano, John Kennedy e, simultaneamente à retirada das rampas, os EUA também retiraram seus mísseis anteriormente colocados na Turquia, e se instalou uma linha telefônica direta entre Moscou e Washington, o "telefone vermelho". O período que se seguiu passou a ser conhecido como a *détente*, uma distensão entre os contendores. Significava que, a partir de então, seriam aceitas algumas poucas regras, essenciais: paridade mútua nos armamentos, diálogo direto; controle das armas; não ingerência no interior dos dois blocos, capitalista e socialista; permanência da competição ideológica.

No início dos anos 60, como registrou Magalhães Filho (1991, pág. 421):

Ainda que os Estados Unidos continuassem como a nação de economia mais rica, sua posição não era mais a de supremacia incontestada, tal como nos anos que se seguiram à guerra. Sua participação na produção total do mundo reduziu-se constantemente, tanto em virtude do rápido crescimento de outras economias, como pela lentidão que caracterizou sua evolução até o início da década de 60. A vantagem tecnológica com que saiu da guerra e que lhe permitiu fabricar as primeiras bombas atômicas e de hidrogênio desapareceu em meados da década de 50, quando a URSS lançou o primeiro satélite artificial. Os constantes *déficits* de seu balanço de pagamentos passaram a agir como fator limitativo à sua expansão econômica, política e militar, submetendo-o, pela primeira vez, aos mesmos problemas e riscos que as economias industriais capitalistas da Europa vinham enfrentando desde o final do conflito. A URSS conseguiu alcançar um nível de atividade econômica semelhante ao norte-americano, podendo finalmente desviar recursos maciços da indústria pesada para o atendimento das necessidades de consumo de sua população. A chamada desestalinização, iniciada em 1956 permitiu uma sensível liberalização da vida no país, que logo repercutiu também nos Estados da Europa Oriental. Estes Estados, tendo alcançado em menos de duas décadas um alto nível de industrialização, defrontam-se agora com problemas novos, centralizados na forma de suas relações econômicas com a URSS e decorrentes do fato de que o Conselho para a Assistência Econômica Mútua nunca foi adequadamente estruturado para planejar o inter-relacionamento das economias de seus membros.

Como observaram Silva e Gonçalves (2005, p. 100) “o diálogo e o compromisso das duas superpotências de não iniciar uma guerra nuclear fizeram com que a rivalidade entre elas fosse transferida para o Terceiro Mundo”.

2 Alimentos e Política Externa Americana

Como registrou Fernández-Armesto (2004, p. 302):

A coexistência de explosões de alimentos e de fome ainda era o modelo no fim do século XX: graças à distribuição desigual, a superprodução e a superalimentação no mundo desenvolvido contrastavam com a vulnerabilidade à fome que existe nos demais países. Por muito tempo pareceu que o problema estava piorando. Na década de 1960, os sábios estavam todos convencidos de que as epidemias de fome iriam transformar o mundo em umas duas décadas. Entre 1960 e 1965, o índice de produção de alimentos nos países pobres foi a metade do índice de crescimento populacional. As reservas da Índia, na metade da década de 1960, eram os “os campos de trigo de Kansas”. Em 1967, os EUA enviaram um quinto de sua safra de trigo para alimentar a Índia após a ausência de monções. Mas mesmo quando o auxílio emergencial contra a epidemia de fome podia ser organizado de forma eficiente – normalmente, com as guerras, a corrupção e rivalidades ideológicas isso não era possível – ele não era uma solução em longo prazo. A armadilha da fome só poderia ser rompida com uma revolução na agronomia.

Um aspecto pouco estudado da política externa americana é o uso da excelência do país em termos de produção de alimentos. Considerando-se que “a alimentação da humanidade baseia-se hoje em menos de duas dezenas de lavouras, em que se destacam os cereais”, (ALMEIDA, 2001, p.141) um país que tenha ampla variabilidade climática em território extenso, deterá papel de destaque nestes mercados estratégicos, como vem despontando, na atualidade o Brasil e caracteriza os EUA há mais tempo. Ao longo do século XX, os estoques americanos foram amplamente utilizados com o intuito do deslocamento de concorrentes e de obtenção de vantagens em países carentes. Também lhes valeu, frente à URSS, posição vantajosa. Conforme Almeida (2011, p. 97):

O trigo ganhará a guerra” foi um importante *slogan* da I Guerra Mundial. Herbert Hoover dirigiu a ajuda alimentar durante e após o conflito e considerava que “os aliados teriam sido arrasados, com os ataques submarinos alemães privando-os quase totalmente de alimentação... (e) bom número de nações teriam sido destruídas pelas chamas da anarquia e do comunismo. (MORGAN, 1980, p. 211)

Evidentemente, transações com alimentos sempre foram fundamentais ao bom funcionamento e à sobrevivência de qualquer sociedade. Na Grécia Clássica, Sócrates já afirmara que não se pode chamar homem de Estado qualquer um que ignorasse os problemas do trigo, cereal que constituiu a base da alimentação ocidental.

Cabe observar que, durante o século XIX, justamente os EUA e a Rússia eram os principais fornecedores das novas cidades industriais da Europa, sendo que o segundo usualmente privava a população local de produção que era exportada. Também naquele período consolidaram-se as grandes empresas que passaram a dominar o mercado “grãos”. Como observou Morgan (1980, p. 18):

...as famílias que fundaram estas companhias movimentaram-se e intrigaram por três continentes, sobrevivendo a guerras, fome, catástrofes econômicas e revoluções, viajando continuamente, passando de um país a outro, trocando de nacionalidade, concluindo alianças com reis, rainhas, ou dirigentes comunistas, e rompendo essas alianças quando os fatos históricos o exigissem.

As empresas controladoras do mercado de alimentos no período eram cinco: *Cargill*, de Minneapolis, EUA; *Continental Grains Company*, de Nova York⁵; *André*, de Lausanne, Suíça; *Louis-Dreyfuss*, da França e a *Bunge Corporation* (*Bunge y Born*, bastante conhecida no Brasil, onde possui os principais moinhos de trigo). Em sua

⁵ Cargill e Continental, durante toda a extensão da Guerra Fria e da *détente*, foram as principais empresas americanas não cotadas em bolsa e só se viram maiores referências a elas quando, em 1972, envolveram-se no abastecimento de cereais à URSS, após uma séria crise de abastecimento.

condição de empresas familiares, sempre procuraram atuar discretamente, temerosas da repetição de manifestações populares contra elas, como houve várias vezes na Europa do passado.⁶ Assim, adotaram práticas semelhantes à da diplomacia dos países em que tinham suas sedes. Afinal, como observou Lowi (1993, p. 180): “Para um verdadeiro diplomata, a medida do sucesso em qualquer relação internacional é a sua ausência das primeiras páginas dos jornais”. Frequentemente, os melhores clientes destes poderosos conglomerados pouco ouviram falar deles. Trabalharam eficientemente com as informações sobre as necessidades dos consumidores, em todos os continentes, e com as estratégias das potências. O poder destas empresas nunca deixou de crescer, pois em 1945, a movimentação internacional de grãos não chegava a 30 milhões de toneladas anuais, mas, em 1975, atingira 160 milhões (ALMEIDA, 2001). Tal crescimento só não foi maior do que o ocorrido no mercado do petróleo.

Para o governo americano, o uso de seus estoques para projeção do poder do país ficou mais claro, quando o Congresso aprovou, em 1954, a *Public Law 480*, que permitiria seu escoamento no mercado externo, com apoio estatal. Além do objetivo de sustentar a renda interna dos agricultores, as condições da colocação internacional dos alimentos estocados permitiu ao país tornar dependentes de sua oferta vários mercados estrangeiros. Condições de pagamento com prazo de quarenta anos, em moeda nacional e sem correção cambial tornaram os grãos americanos um concorrente imbatível.

Contudo, a Lei chegou a enfrentar oposição de políticos conservadores, destacadamente do Partido Republicano, temerosos de que fosse capaz de induzir o deslocamento de áreas estrangeiras dedicadas à produção de gêneros alimentícios para a produção de lavouras não alimentícias, como o algodão, o que criaria uma nova concorrência com parcelas expressivas dos fazendeiros dos EUA.

⁶ Na atualidade, quatro grandes empresas dominam o mercado mundial de alimentos, faturando mais de US\$ 300 bilhões, num mercado que movimenta mais de US\$ 1 trilhão anualmente. São chamadas de “ABCD”: *Archer Daniels Midland (ADM)*, *Bunge*, *Cargill* e *Louis Dreyfus*, usando uma vasta rede armazéns e silos, portos, navios e extenso relacionamento com outros gigantes do setor, como a Nestlé e governos pelo mundo todo.

Podem-se citar duas declarações de lideranças americanas da época quanto à importância estratégica da PL-480. Para o senador Hubert Humphrey, expressando bem a defesa oficial do programa de uso dos estoques, ele “acrescentará uma nova força humanitária efetiva no mundo dos conflitos ideológicos, que seria uma abordagem simples, cristã e caridosa, para uma melhor compreensão entre as nações”. John Foster Dulles, então Secretário de Estado, defendeu a doação de alimentos ao governo paquistanês, que se via às voltas com escassez, devido à seca ocorrida em 1953, em razão do “espírito guerreiro daquele povo” e seu anticomunismo, caracterizando bem o pano de fundo da Guerra Fria.

George (1978) observou que os EUA haviam canalizado à Europa grande quantidade de cereais, durante sua reconstrução do pós-guerra, mas esta estava praticamente concluída em 1954, tornando claro que o terreno para o escoamento dos excedentes precisaria ser ampliado. Teve-se, então, a ideia de vendê-los contra moedas locais, não conversíveis, como logo foi feito com o Brasil, por exemplo, deslocando os fornecedores argentinos do grande mercado brasileiro. A PL-480 tinha como propósitos declarados aumentar o consumo de mercadorias agrícolas norte-americanas nos países estrangeiros e o Congresso declarou que visava a expandir mercados para a exportação de produtos norte-americanos.

Como registrou Almeida (2010, p. 16), “cinco anos depois de sua aprovação, a PL-480 respondia por 80% das exportações americanas de trigo e 90% das de óleo de soja”. O programa foi altamente positivo para os agricultores do país e também para as grandes empresas familiares que controlavam o comércio mundial, pois os países que se beneficiavam daquelas vendas financiadas por recursos oficiais americanos contratavam exportadores privados. Os bancos recebiam diretamente os pagamentos que eram feitos aos produtores, remetendo os recursos aos exportadores particulares, mediante apresentação da documentação relativa ao embarque. A presença do governo na intermediação não durou muito tempo, já que a Cargill, a maior empresa americana do setor, conseguiu que o Departamento de Agricultura vendesse os grãos no interior e nos portos, para que pudesse utilizar suas próprias instalações. Evidentemente, países produtores concorrentes perceberam o deslocamento de seus compradores e protestaram junto ao Departamento de Estado. Este recebeu críticas da Argentina,

Austrália, Birmânia (Myanmar), Canadá, Dinamarca, Itália, México, Nova Zelândia, Peru e Uruguai, pois o *dumping* americano afetava os preços internacionais e lhes tomava mercados.

Como a PL-480 era de interesse do governo Eisenhower, as vendas subsidiadas continuaram e, no início dos anos 60 e da administração Kennedy, os americanos possuíam estoques colossais de milho, temendo por uma nova boa safra, o que os fez serem mais incisivos na atuação do programa de exportação de estoques.

Em seu discurso de posse, em 20/1/61, John Fitzgerald Kennedy não quis aceitar a identificação do interesse pela pobreza com o comunismo:

Àqueles povos que vivem em cabanas e aldeias na metade do mundo, lutando para quebrar as cadeias da miséria de massa, empenhamos o melhor dos nossos esforços para auxiliá-los na consecução desse objetivo durante todo o tempo que for necessário – não porque os comunistas talvez o estejam fazendo, nem porque estejamos à procura dos seus votos, mas porque é justo. Se uma sociedade livre não puder auxiliar os muitos que são pobres, não pode salvar os poucos que são ricos” (GALBRAITH, 1979, p. 36/37)

Sete meses depois, em agosto de 1961, realizou-se em Punta del Este, Uruguai, uma reunião dos países americanos, em que firmaram o compromisso conhecido como a “Aliança para o Progresso”. Definiu-se o programa emergencial “Alimentos para a Paz”, para “criar reservas de alimentos em áreas de secas recorrentes, fornecendo alimentação escolar às crianças e grãos forrageiros para utilização no desenvolvimento rural” (ARRUDA e ALMEIDA, 2005, pág. 98). Tal programa foi administrado pela *Agency for International Development*, do Banco Mundial, conhecida no Brasil como *USAID*, que tinha como atividade empréstimos do Fundo de Empréstimo de Desenvolvimento, atuando como um banco de importação, exportação e distribuição de excedentes agrícolas para o Programa Alimentos para a Paz.

Seu funcionamento tinha uma racionalidade básica, pois estava associado à PL-480, a qual tinha três títulos, como apontou George (1978, p. 185):

1º: regulava a venda de excedentes agrícolas às “nações amigas” com déficits alimentares, a serem pagos na sua própria moeda;

2º: doava excedente e ajudava os países amigos contra a fome, sendo que essa ajuda deveria durar 20 anos e corresponderia a um quinto dos alimentos norte-americanos;

3º: regulamentava a troca de matérias primas estratégicas por alimentos, como exemplo, a troca por minérios que constituiu estoques necessários para seu programa de energia atômica.

O Programa “cumpriu tranquila e gradualmente uma de suas principais metas – criar futuros mercados comerciais” (GEORGE, 1978, p. 186). No mesmo ano, 1961, o governo americano, porém, começou a diminuir as doações, adotando pagamentos em dólares, e abrindo crédito para compras de máquinas, fertilizantes e outros insumos.

3 A Agricultura Soviética da Guerra Fria

Após a morte de Stalin, o novo secretário geral, Khrushchev, ao se sentir seguro no comando, iniciou um processo de ocupação das “terras virgens” da Ásia Central, instituindo algumas mudanças na agricultura e começando um “programa de reabilitação de centenas de milhares de gente que mourejava nos campos” (VOLKOGONOV, 2008, p. 182). Em seu discurso de 18 de outubro de 1961, no XXII Congresso do PCURSS, o terceiro e último que presidiu, Khrushchev citou:

A taça do comunismo é a taça da fartura; ela deve estar sempre cheia até a borda. Cada um de nós tem que servir nela nossa própria contribuição e nela beber. Somos orientados por cálculo estritamente científico. E nossos cálculos mostram que em vinte anos teremos essencialmente construído a sociedade comunista. (VOLKOGONOV, 2008, p. 189)

Os “cálculos estritamente científicos” não poderiam propiciar ao país o pleno auto abastecimento alimentar. Como citado anteriormente, a primeira grande tarefa do secretário geral fora na agricultura, cujas safras de 1949 e 1953, concomitantes à montagem dos grandes estoques de cereais nos EUA, haviam sido péssimas (atingiram em média a produtividade de 800 quilogramas por hectare, pouco mais do que os 700 kg/ha obtidos em 1917, quando o território russo estava devastado). Apesar de as estatísticas agrícolas soviéticas serem segredo de Estado, sabe-se hoje que a produção total de grãos havia caído de 36,4 milhões de toneladas, em 1940, para 31,1 milhões, em 1953. As reservas do Estado, contudo, dada a obsessão de segurança, no âmbito da Guerra Fria, passaram de 4,1 milhões de toneladas para 17,8 milhões de toneladas. Havia muito roubo de alimentos e, desde 1946, o Comitê Central e o Ministério das Finanças estabeleceram penas rigorosas para isto. Em 1948, a colheita total de alimentos havia sido 60% abaixo da meta do Plano Quinquenal e, em 1950, os níveis do pré-guerra não tinham sido alcançados ainda. Houve certa recuperação, entre 1950 e 1952 e, em 1953, obtiveram-se 70% do projetado, mas ainda menos do que o obtido em 1940. Como registrou o general Dmitri Volkogonov, “Stalin não tinha medo de levar seu país à fome e jamais se ‘rebaixaria’ comprando cereais de imperialistas” (VOLKOGONOV, 2008, p. 190).

Khrushchev, ao contrário, declarara, já em 1953, que a reestruturação do campo exigiria atentar para a receita, os custos e a lucratividade da agricultura. Cinco anos depois, estava procurando meios de aumentar sua produtividade, mas não apenas o sistema não respondia conforme o desejado, como o embasamento das pesquisas agrícolas era equivocado.

Em 1954, Khrushchev e Malenkov ofereceram ao jovem Leonid Brejnev o cargo de segundo secretário do Comitê Central do Partido Comunista do Cazaquistão, exatamente para ser o encarregado das questões de Estado para o maior desenvolvimento das terras virgens. Seu cultivo atingia o máximo naquele momento, tendo o *Presidium* programado que uma extensão de 10 a 15 milhões de hectares seria arada em dois anos. Brejnev assinou um panfleto propagandístico, anunciando que seria arado um território maior do que a Inglaterra.

Ao receber convite de Eisenhower para visitar os EUA, em 1958⁷, Krushev quis verificar *in loco* a eficiência do meio rural americano, dirigindo-se ao estado de Iowa, o mais notável produtor de milho.⁸ Visitou, então, extensa propriedade de um fazendeiro local, Roswell Garst, a quem interrogou minuciosamente. Concluiu, porém, que a experiência daquele agricultor não poderia ser transferida para a URSS, em razão simplesmente da total disparidade entre as formas de organização socioeconômica. Percebeu que as fazendas coletivas não comportariam as técnicas usadas pelos cerealistas americanos, mas entendeu que maior oferta de milho permitiria produção superior de carnes, o que o levou a estimular o plantio nas "terras virgens". Frequentemente inadequadas à planta, de origem no continente americano, obteve resultados pífios, em vários locais, mas em outros, houve sucesso.

A produção de grãos soviética finalmente aumentou, mas o mesmo se deu com o consumo e não se conseguiu assegurar oferta ascendente estável, dados os rigores climáticos acentuados. Como registrou Nove (1986) o voluntarismo que caracterizava os dirigentes soviéticos levou-os a proclamar, em 1957, que seriam cultivados 39,6 milhões de hectares nas terras novas, o que equivalia à área plantada de uma potência agrícola como o Canadá. Os métodos meramente extensivos de aumento da produção já haviam sido criticados por Trotsky, nos anos 30, mas o sistema soviético não conseguiu adaptar-se a práticas intensivas no campo, mediante incorporação de novas tecnologias.

Conforme Rodrigues (2006, p. 125)

O foco da mudança na política econômica era a agricultura, já que a maior parte do consumo das famílias naquela época ainda era constituída por produtos originários do campo. O atendimento de parte das necessidades mais básicas da população e a elevação do padrão de vida dos soviéticos passavam, portanto, obrigatoriamente, por desatar o nó na agricultura e por uma completa

⁷ Nesse ano, o Comitê Central do PCURSS havia decidido proibir a propriedade privada de gado por cidadãos que vivessem em cidades ou assentamentos de trabalhadores, o que abalou a produção de carnes e laticínios, causando profunda insatisfação.

⁸ Em 1957, Khrushchev lançou o slogan "É da responsabilidade moral da população alcançar e ultrapassar os Estados Unidos na produção de carne, manteiga e leite" (VOLKONOV, 2008, p. 192). Esta meta inatingível deveria ter sido cumprida em 1960.

reorganização no campo que aumentasse a produção, assegurando os suprimentos para a indústria leve, como cereais, fios e forragens. Os dirigentes, mais uma vez, como no final do período do comunismo de guerra, na década de 20, foram obrigados a reconhecer que os preços baixos e o excesso de controles desestimulavam o camponês a plantar e aumentar a produtividade. As relações entre campo e cidade continuavam muito desiguais. Na primeira metade dos anos 50, o modo de vida no campo soviético seguia bastante primitivo. Apesar dos avanços na eletrificação, muitas aldeias ainda não tinham luz elétrica, água canalizada e tratada ou aquecimento central, como as cidades. As cooperativas, *kolkhozes*, não dispunham dos meios de produção suficientes e adequados à sua atividade. Pelo uso dos equipamentos das EMT (Estações de Máquinas e Tratores), o Estado cobrava impostos em dinheiro, tornando pouco vantajoso para os agricultores aumentar a produção e o rendimento. Era preciso elevar a produção, melhorar o abastecimento das cidades, mas, para isso, o camponês precisava sentir-se estimulado a produzir e a cidade deveria retribuir tal esforço fornecendo produtos industriais de consumo corrente a preços acessíveis.

A chamada “campanha do milho” mantida por anos, não teve os resultados esperados e foi necessário adotar outros métodos para tratar da questão da pecuária, como a compra compulsória de bovinos pelas fazendas coletivas, seguida da falta de forragem no inverno e do abate em larga escala de cavalos que, alegadamente, consumiam ração em demasia. Sabe-se que, como afirmou Alencar (2001, p. 2)

toda vez que, no curso da história, a segurança alimentar foi gravemente afetada, a incapacidade de restabelecê-la foi seguida, mais cedo ou mais tarde, de sérios distúrbios sociais: comoções internas determinadas mudanças no poder, amplos movimentos migratórios em busca de regiões mais férteis ou, até mesmo, o fim de um Estado, quer vítima de conquista, ou de rápido declínio e eventual colapso.

Deste modo, as reservas estatais de cereais minguaram, levando a uma escassez acentuada e, afinal, a importações de fora do bloco socialista, estendidas pelas próximas décadas. Em razão deste desequilíbrio, até as reservas de ouro da URSS foram comprometidas, caindo de 13,1 milhões de toneladas, em 1954, para 6,3 milhões em 1963.

Durante todo o período aqui analisado, do lado ocidental, os interesses das cinco grandes corporações de alimentos básicos eram convergentes com a estratégia de potência dos EUA (o Programa Alimentos para a Paz enviou ao exterior milhões de toneladas de grãos americanos, levando Kissinger a se referir a esta movimentação como “arma alimentar”) e, curiosamente, relacionavam-se bem com seu equivalente soviético atuante no mercado internacional, a *Exportkhleb*. Esta era a gigante cerealista estatal da URSS, que operava de modo semelhante. Nos anos 60, supostos excedentes de cereais da União Soviética eram negociados com a ajuda das corporações ocidentais dominantes no mercado. No entanto, de fato não eram excedentes, mas sua participação no mercado fez até com que o Conselho Internacional do Trigo a classificasse como um país exportador. Eram um componente da política externa do PCURSS, visando à ajuda a aliados, ou para angariar divisas estrangeiras. Atuando com as empresas europeias e americanas, a *Exportkhleb* beneficiava-se da competição entre elas, inerente ao capitalismo, explorando bem as diferenças entre os preços praticados nos diferentes mercados mundiais.

Como observou Morgan (1980) as grandes companhias podiam apenas observar a URSS livrar-se da fome, mas mantendo a escassez, e acreditavam que o Partido Comunista teria que investir cada vez mais no campo, o que realmente foi feito. As empresas trabalhavam com duas hipóteses:

a) mais plausível: a URSS tornar-se-ia um produtor/exportador competitivo, como resultado da intervenção estatal em toda a economia/

b) menos plausível: a URSS abandonaria a busca da autossuficiência e procuraria abastecer-se no Ocidente.

Apenas após a posse de Krushev, homem de origem camponesa, a agricultura de fato tornou-se prioritária e o sul do Cazaquistão e a Sibéria, a duras penas, começaram a ser colonizados com o trigo. Molotov, ministro dos Negócios Estrangeiros de Stálin, considerou o projeto "prematureo e custoso". Destaque-se que um dos representantes da Exportkhleb era um ex-funcionário da Louis Dreyfus e no escritório parisiense da Continental trabalhava um meio russo especialista em switch, sistema de escambo de grãos por outros produtos, que agradava à URSS, cujas entradas no mercado eram sempre revestidas de surpresa.

4 Novos Tempos

Almeida (2012) registra como, em 1963, ano que alguns consideram como já fora do período da Guerra Fria, começou uma nova era no comércio mundial de cereais, pois, como registrou Soljenitzin, no "Arquipélago Gulag", um ano antes, houve séria revolta na cidade de Novocherkassk, devido ao fracasso da produção agrícola, reprimida com mortes. A seguir, o governo recorreu ao exterior para abastecer o país. Isto também se associa ao arrefecimento do antagonismo, após a Crise dos Mísseis, como observou Gonçalves (2000, p. 214):

Convém assinalar, em primeiro lugar, que só ocorreu Guerra Fria de fato na década de 1950. Depois, em 1962, solucionada a Crise dos Mísseis, as duas superpotências, gradativamente, se orientaram cada vez menos pelos fatores ideológicos e cada vez mais pelos seus respectivos interesses de Estado.

De fato, pela primeira vez desde a II Guerra Mundial, o governo soviético autorizou grandes importações, logo em 1962, contatando Louis Dreyfus para o fornecimento de 200 mil toneladas de trigo, renovando a seguir um acordo de vendas com o Canadá. Isto levou a um recorde mundial na venda de cereais, com o *Canadian Wheat Board/Bureau Canadien du Blé* vendendo a imensa quantidade de 6 milhões de toneladas e Louis Dreyfus cerca de 1,3 milhão de toneladas. Krushev agiu como um governante ocidental agiria.

A partir daí, a URSS tornou-se uma incógnita para o mercado mundial, pois as empresas cerealistas, as corretoras e, evidentemente, o governo americano, precisavam preocupar-se com um acompanhamento estatístico da agricultura soviética, cujas informações próprias não eram confiáveis.

Toda a gestão Eisenhower caracterizara-se pela preocupação em escoar estoques de alimentos, mas persistiam as reservas elevadas e a repercussão sobre transações com o “inimigo” foi péssima nos EUA. Contudo, o Canadá agia livremente, por não ter constrangimentos ideológicos maiores. Como vender alimentos aos comunistas, depois da crise cubana? No entanto, o pragmatismo prevaleceu pois, surpreendendo os políticos, em especial os republicanos, os fazendeiros americanos manifestaram-se fortemente a favor da venda aos “inimigos”. “Nos anos 60, a política agrícola do país passou a depender, cada vez mais, de condicionamentos econômicos e diplomáticos” (ALMEIDA, 2012, pág. 122). Registre-se que orientação política principal da Guerra Fria tinha sido a doutrina da “retaliação maciça”, mas foi modificada por Kennedy e pelo general Maxwell Taylor para a doutrina da “resposta flexível”, a proposição de uma resposta equivalente ao ataque.

Kennedy fora eleito com dificuldade e governava sob forte tensão. Viu no episódio a possibilidade de ganhar apoio da “América profunda” e, também, de esvaziar a panela de pressão em que se situavam as relações com os soviéticos. Manipulou o *Control Export Act*, renovado por três anos, em 1962, que dava ao presidente o direito de interditar exportações que “trouxessem contribuição efetiva ao potencial econômico e militar. Espertamente, considerou que o caráter vago do texto permitiria aprovar as vendas, mas teria que se precaver contra repercussões políticas negativas, já que seu maior opositor, Richard Nixon, já se havia manifestado contra. Outro adversário foram os sindicatos, principalmente os dos estivadores, em geral ligados ao próprio Partido Democrata, do presidente que, diferentemente da maior parte dos países não possuíam uma esquerda marxista. Para agradá-los, Kennedy estabeleceu que metade das vendas seria transportada em navios de bandeira americana. Assim, o presidente autorizou a exportação de 4 milhões de toneladas de trigo ou de farinha de trigo ao “inimigo mortal”. Curiosamente, Nixon faria algo semelhante, anos depois.

No mercado, esperava-se que as companhias estabelecessem um cartel para se beneficiarem do gigantismo das operações, contudo, séculos de desconfianças mútuas fizeram com negociassem privadamente com os soviéticos. Tiveram que resolver outro problema: as tarifas americanas eram elevadas, encarecendo seu trigo a um ponto que a URSS não poderia pagar. A *Continental Grains*, que passou a ser acusada de favorecimento, conseguiu que o governo americano fornecesse apenas os tipos de grão cujo preço, na média, seria o que o PCURSS esperaria pagar, sem os custos de transporte. A propósito, Morgan (1980, pág. 89), escreveu: "*C'est une de ces occasions où les vertus du libéralisme comercial si souvent exaltées, par les hommes de grain, devaient être momentanément oubliées*".⁹ Outro complicador foi que não havia suficientes navios americanos, mas a empresa conseguiu da Administração dos Portos a redução da tonelagem obrigatória.

Pelo lado da URSS, Kruschev, já malvisto, em razão do grande risco corrido na questão cubana, tendo sido considerado um aventureiro, perdeu apoio no Partido, por comprar do inimigo algo tão simbólico como o trigo. O fato de o Conselho Internacional do Trigo classificar a União Soviética, bem como as décadas de propaganda dos sucessos obtidos no campo, com mecanização, eletrificação e elevação do padrão de vida parecia apresentar ao cidadão soviético uma situação altamente contraditória.

Como apontou Gaddis (2006, pág. 78), os dois países chegaram à conclusão de que "chegara a hora, se não do controle internacional sobre armas nucleares, pelo menos de celebrar acordos para administrá-las". Assim, o primeiro deles foi assinado em 1963, com o Tratado de Proibição Limitada de Testes, que aboliu experiências nucleares na atmosfera.¹⁰

⁹ "É uma das ocasiões em que as virtudes do liberalismo comercial, tão frequentemente exaltadas pelos comerciantes de grãos, devem ser momentaneamente esquecidas".

¹⁰ Cinco anos depois, assinou-se o Tratado de Não Proliferação Nuclear, estabelecendo que as nações detentoras desse armamento não ajudariam outros Estados a possuí-lo.

Os dois governantes não sobreviveram ilesos aos tumultuados acontecimentos de 1962/63: Kennedy perdeu a vida e Krushev o governo, caindo no ostracismo. A URSS seria conduzida à estagnação e à falência nos governos seguintes, a partir de Brejnev, aumentando seus gastos militares entre 4% e 5% anualmente, nos vinte anos que se seguiram a 1964 (HOBBSAWM, 1995, pág. 243). De fato, Moscou poderia orgulhar-se de se aproximar dos americanos em lançadores de mísseis (ultrapassou-os em 1976) e, em meados dos anos 80, estaria produzindo 80% mais aço do que seu rival, duas vezes mais ferro gusa e cinco vezes mais tratores. No entanto, sua vulnerabilidade na agricultura não poderia ser resolvida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As compras colossais da URSS em 1963 deram imensos lucros às grandes corporações cerealistas (sob a PL-480, estima-se que Cargill e Continental, cada uma, ganharam cerca de US\$ 1 bilhão, naquele ano). Passada a crise, o comércio entre as duas potências recuou e, em 1967, persistindo grande oferta, o Acordo Internacional do Trigo tentou estabilizar os preços mundiais. Como a Europa havia criado sua Política Agrícola Comum, em 1962, um novo fator relevante surgira para promover novos desequilíbrios nos tensos mercados mundiais de alimentos, pois a concorrência europeia levou EUA, Canadá, Argentina e Austrália a reduzirem suas produções (sua oferta conjunta caiu de 80 milhões de toneladas, para 60 milhões de toneladas, de 1968 a 1970). Paralelamente, a Índia aumentou suas safras de trigo, arroz, milho e cana-de-açúcar, pedindo a suspensão das operações da PL-480, enquanto a China, cuja produção agrícola cresceu a 4% ao ano nos anos 60, tornou-se o primeiro produtor mundial de grãos alimentares.

O Acordo Internacional do Trigo fracassou em seu objetivo de estabilização dos preços, já que EUA, Austrália e outros países aumentaram seus subsídios e Nixon não atendeu aos pedidos do primeiro ministro canadense, Pierre Trudeau, para que o Acordo fosse salvo.

Um outro acontecimento de enorme relevância no mercado mundial de alimentos ocorreu exatamente dez anos após a crise dos mísseis, já no tempo da *détente*: a crise dos alimentos de 1972, quando a URSS voltou ao mercado com força total. Dessa vez, não houve surpresa, pois a CIA alertou ao USDA quanto à situação.

O objetivo do governo Brejnev de adotar o modelo alimentar americano, investindo nos rebanhos de aves e suínos teve resultados desastrosos. Já nos 60, sabia-se que os animais de criação consumiam mais cereais do que os seres humanos e a União Soviética não poderia atender a sua própria demanda por farelos proteínicos.

Como mostrou Hobsbawm (1995) a auto satisfação soviética naquele momento tornaria certo um retorno à Guerra Fria, com a substituição da contenção anterior por demonstrações de força, também influenciadas pela quadruplicação dos preços do petróleo, que beneficiava a URSS, descobridora de grandes reservas ao longo dos anos 60.

Como os soviéticos vinham fazendo compras elevadas de alimentos, em 1971 e 1972, mesmo tendo feito boas colheitas, havia inquietação quanto ao que fariam, em caso de fracasso na agricultura. Foi o que houve em 1972. Kissinger percebeu a oportunidade que isto abria a sua política de *détente* e o desgaste interno de Nixon faria com que procurasse obter algo de positivo na política externa.

Também em 1972, restringiu-se o número permitido de mísseis balísticos baseados em terra e no mar, admitindo-se a fiscalização por satélites de reconhecimento. Além disso, assinaram um Tratado sobre Mísseis Antibalísticos, proibindo a defesa contra mísseis de longo alcance, constituindo, por conseguinte, o primeiro reconhecimento, como observou Gaddis (2006) da ideia de Churchill e de Eisenhower, de que a admissão da vulnerabilidade ao aniquilamento mútuo poderia resultar num relacionamento estável de longo prazo.

No que se refere à vulnerabilidade soviética na alimentação, o porte das necessidades de importações soviéticas, porém foi subestimado e sequer se fretou um número suficiente de navios, dada a magnitude das compras: 1/3 das exportações anuais dos EUA, ou 11,85 milhões de toneladas. “Não se podendo especular sobre a infiltração dos interesses das companhias cerealistas no aparelho de Estado, fica sem explicação como a administração Nixon tenha deixado que as vendas chegassem a tal quantidade” (ALMEIDA, 2012, pág.129). Para Nixon, a *détente* era de grande importância, dado o impasse no Vietnã e também começava o pesadelo de Watergate, com a proximidade das eleições presidenciais. Um ano antes, o presidente já havia, unilateralmente, desmantelado as regras do padrão dólar-ouro, definidas em Bretton Woods, em 1944, causando enorme instabilidade nos mercados financeiros e cambiais internacionais.

Os estoques de trigo americano eram, em meados de 1972, de 23,5 milhões de toneladas e, um ano depois, estavam reduzidos a 7 milhões de toneladas, enquanto as reservas mundiais de cereais, no período, caíram 40 milhões de toneladas. Nixon tentou controlar a inflação, mas desistiu e os preços internos também dispararam, o que o levou à primeira intervenção governamental no mercado mundial de alimentos desde a II Guerra Mundial, decretando embargo sobre as exportações de soja.

Registre-se que, em 1972, como observou Almeida (2012), a URSS, temerosa de atrito inoportuno com seu rival e fornecedor de cereais, negou ao governo socialista de Salvador Allende uma ajuda solicitada, de US\$ 500 milhões. Segundo o USDA, no dia do golpe contra aquele governo, carregamentos de trigo adquiridos pelo Chile em países socialistas foram desviados, supondo o Departamento que acabaram-se dirigindo para Cuba.

Vários outros exemplos do emprego da “arma alimentar” continuaram sendo verificados. Assim, países considerados estratégicos, ou compradores de armamentos americanos, como Paquistão, Coreia do Sul, Brasil e Indonésia, além dos socialistas Polônia e Iugoslávia, recebiam ampla ajuda alimentar. Quando o Egito entrou em guerra com Israel, em 1967, teve aquela assistência suspensa, mas voltou em 1974, em troca do apoio ao plano de paz americano para a região.

No início da “nova Guerra Fria” prevista por Hobsbawm, em 1980, uma nova reviravolta afetou grandemente o mercado mundial de alimentos, quando, em resposta à intervenção soviética no Afeganistão, em 1979, os EUA decretaram um embargo à URSS. Como os EUA estavam colhendo uma de suas melhores safras, enquanto que a URSS tinha outra colheita catastrófica, perdendo 48 milhões de toneladas, supunha-se que haveria ainda maior aproximação entre ambos (os EUA destinavam ao exterior 55% de sua soja, 60% do trigo, 50% do algodão e 30% do milho), mas a decisão de embargar mudou tudo. Deixaram de vender, subitamente, 17 milhões de toneladas. Contudo, muitos países que censuraram a invasão não deixaram de perder a oportunidade, procurando substituir a oferta americana, sendo mais notável o caso da ditadura militar argentina, profundamente anticomunista, que conseguiu excelentes negócios.

Como apontou Almeida (2011, p. 16):

A partir dos anos 80, a guerra fria econômica não tem mais nenhuma razão de ser, pois os socialistas se incorporam progressivamente aos mercados mundiais – incluindo tomando enormes volumes de empréstimos em eurodólares – e passam a reformar suas estruturas econômicas esclerosadas, num sentido “market-friendly”

As grandes companhias mantêm até hoje seu poder, após o fim da URSS e a emergência de vários outros grandes agentes, no mercado mundial, em que se destaca o Brasil. O sistema internacional, qualquer que seja sua configuração, é cada vez um enorme manancial de lucros, pois é preciso impedir a fome nem sempre por motivos humanitários.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Álvaro Gurgel de. Do Conceito Estratégico de Segurança Alimentar ao Plano de Ação da FAO para combater a Fome. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 44, nº 1, jan/jun-2001. Brasília: Ibri

ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas. O Trigo como Arma Alimentar: Características das empresas e do mercado. **Revista CADE**, ano III, nº 5, jul/dez-2001. Rio de Janeiro: Faculdade Moraes Junior, p. 141-154.

_____. A Questão Alimentar no Âmbito da Guerra Fria: As negociações que envolveram Brasil, Argentina, EUA e URSS. **Revista CADE**, ano X, nº 16, jul/dez-2010. Rio de Janeiro: Faculdade Moraes Junior – Mackenzie Rio, 2010, p. 13-34.

_____. **Do Grão ao Pão. O Trigo nas Relações entre o Brasil e a Argentina**. Rio de Janeiro: Publit, 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Economia Política da Guerra Fria e a Nova Guerra Fria Econômica da Atualidade: O que mudou, o que ficou? **Revista da Escola de Guerra Naval**. Vol. 17, nº 2, págs. 7-28. Rio de Janeiro: EGN, 2011

ARON, Raymond. **República Imperial: Os EUA no mundo do pós-guerra**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

ARRUDA, Elcia Asnarriaga e ALMEIDA, Camila Moreira. A Mercantilização do Programa Nacional de Merenda Escolar. **Intermeio. Revista do Mestrado em Educação**, vol.. 11, nº 22. Campo Grande/MS: 2005, p. 88-110

FERNANDEZ-ARMESTO, Felipe. **Comida: Uma história.** Tradução de Vera Joscelyn. Rio de Janeiro: Record, 2004

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria.** Tradução de Gleuber Vieira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006

GALBRAITH, John Kenneth. **A Natureza da Pobreza das Massas.** Tradução de Oswaldo Barreto e Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979

GARCIA, Eugênio Vargas. **O Sexto Membro Permanente: O Brasil e a Criação da ONU.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2011

GEORGE, Susan. **O Mercado da Fome: As verdadeiras razões da fome no mundo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HALLIDAY, Fred. **The making of the Second Cold War.** Londres: Verso, 1983

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos. O Breve Século XX 1914-1991.** São Paulo: Cia. das Letras, 1995

LOWY, Theodore. **The personal president power invested promise unfulfilled.** Ithaca: Cornell University Press, 1993.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B.B. **História Econômica.** 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

MORGAN, Dan. **Les Géants du Grain.** Paris: Arthème Fayard, 1980.

MUNHOZ, Sidnei J. Guerra Fria. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX. As Grandes Transformações do Mundo Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

NOVE, Alec. Economia Soviética e Marxismo: Qual modelo socialista: In HOBBSBAWM, Eric. **História do Marxismo**, vol. 7. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

SARAIVA, José Flávio Sombra. Dois Gigantes e um Condomínio: Da Guerra Fria à coexistência pacífica (1947-1968) in SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas da Sociedade Internacional do Século XIX à Era da Globalização.** São Paulo: Saraiva, 2007, p. 197-230.

RODRIGUES, Robério Paulino. **O Colapso da URSS: Um estudo das causas**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP. São Paulo: USP, 2006

SILVA, Guilherme A. e GONÇALVES, Williams. **Dicionário de Relações Internacionais**. Barueri/SP: Manole, 2005

VOLKOGONOV, Dmitri. **Os Sete Chefes do Império Soviético**. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008

RECEBIDO - 20/11/2013
APROVADO - 07/04/2014